

INFORME DO CHEFE DE ESTADO

## Filipe Nyusi falou de quase tudo, menos dos mercenários que operam em Cabo Delgado

Para lá da pandemia da Covid-19, 2020 foi um ano marcado pela intensificação do extremismo violento em Cabo Delgado e pelos ataques esporádicos da autoproclamada Junta Militar da Renamo nas províncias de Manica e Sofala. O avanço dos terroristas resultou na invasão de quatro sedes distritais, nomeadamente as vilas da Mocímboa da Praia, Quissanga, Macomia e Namacande – esta última sede do Distrito de Muidumbe.



Desde a invasão registada em finais de Março, a sede do Distrito de Quissanga continua abandonada, sem presença de nenhuma autoridade de Estado, incluindo das Forças de Defesa e Segurança (FDS). A vila da Mocímboa da Praia, a mais importante do norte de Cabo

Delgado, caiu nas mãos dos terroristas em Agosto último, após sofrer duas invasões. Apesar de o Governo negar reiteradamente, é um facto que Mocímboa da Praia está ocupada pelos terroristas, incluindo o porto e o aeródromo locais.

Além da ocupação de território, o avanço

dos terroristas já causou a morte de mais duas mil pessoas e forçou cerca de 600 mil a abandonarem as suas casas devido à insegurança. O aumento do número de deslocados nos últimos 11 meses provocou uma das piores crises humanitárias de que há memória em Cabo Delgado.



Apesar desse cenário de assalto a sedes distritais; de assassinatos; de raptos e recrutamentos; de destruição de bens públicos e privados, incluindo aldeias totalmente queimadas; do drama humanitário que afecta mais de meio de milhão de pessoas, o facto é que o Presidente da República – que também é Comandante-Chefe das FDS – nunca tinha feito uma comunicação à Nação para falar desse vale de lágrimas que é Cabo Delgado.

Por isso, ontem era expectável que Filipe Nyusi aproveitasse a apresentação do informe anual sobre a situação da Nação para falar sobre Cabo Delgado. E foi isso o que aconteceu: o Chefe de Estado falou das origens do extremismo violento, apontando para 2012 como o ano em que despontaram as primeiras manifestações. O recuo para 2012 é estratégico: Nyusi quer passar a ideia de que o “problema” de Cabo Delgado iniciou muito antes do seu primeiro mandato, inaugurado em 2015. Mas não explicou porquê razão o seu Governo tratou de forma simplista a situação, mesmo depois do primeiro ataque à vila municipal da Mocímboa da Praia em Outubro de 2017. Isto é, porquê é que o Governo e as FDS, mesmo com a informação que supostamente detinham desde 2012, abor-

daram os ataques como acções de simples malfeitores?

Para fundamentar a tese de agressão externa – muito cara ao Governo do dia, Filipe Nyusi fez notar que o extremismo violento é liderado por estrangeiros, com destaque para tanzanianos, congoleses, quenianos e somalis. Alguns foram mortos em combate, outros detidos, mas há os que continuam no activo. Se o topo do extremismo violento é feito por estrangeiros, a base é preenchida por moçambicanos: são jovens recrutados nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula. Mas a maioria saiu dos distritos do litoral de Cabo Delgado, como Mocímboa da Praia, Macomia e Quissanga.

O Chefe de Estado não elaborou sobre as prováveis causas internas do extremismo violento ou, no mínimo, das condições que facilitaram e ainda facilitam o recrutamento massivo de jovens moçambicanos para as fileiras dos terroristas. A identificação desse tipo de problemas seria importante para a definição do tipo de intervenção social e económica a fazer, pois está claro que, para além da frente militar, a situação de Cabo Delgado demanda outras soluções.

A apresentação do informe anual foi também um momento para Nyusi reagir às crí-

ticas sobre a demora do Governo em solicitar apoio regional e internacional. Aqui, o Chefe de Estado admitiu, ainda que implicitamente, que seu Governo tem sido pouco comunicativo sobre a situação de Cabo Delgado. E fez isso justificando que o Executivo não pode “falar publicamente sobre as estratégias” que adopta para combater o terrorismo. Mas informar os moçambicanos sobre o conflito em curso naquela província é muito mais do que falar de estratégias.

“Muitos países estão a manifestar interesse de apoiar Moçambique. São muitos países, mas muitos mesmo. Mas temos que ter cuidado para evitar uma salada de intervenções. O que temos estado a fazer é dizer o que é que nós queremos, e isso não podemos revelar publicamente”, disse Nyusi sobre os apoios. Ora, o problema começa exactamente aqui: usar o argumento de segredo de Estado para não partilhar com os moçambicanos as opções que o Governo está a tomar em relação à situação de Cabo Delgado.

Foi assim que os moçambicanos foram surpreendidos com a presença de empresas de mercenários no teatro das operações em Cabo Delgado. Em nome de segredo de Estado, nem a Assembleia da Re-

pública foi informada sobre a contratação de mercenários e os valores envolvidos no negócio. As primeiras informações sobre a contratação de mercenários russos e mais tarde os sul-africanos do DAG foram divulgadas pela imprensa estrangeira. Recentemente, foi notícia na imprensa estrangeira que Moçambique contratou a empresa sul-africana Paramount para o fornecimento de equipamento militar, tendo já recebido dois tanques leves e cinco carros blindados Marauder. A Paramount vai ainda fornecer sete veículos Marauder e quatro helicópteros de combate, incluindo a formação de 15 pilotos moçambicanos.

Outro exemplo de falta de informação foi o pedido de ajuda feito à União Europeia. Através de uma carta de 16 de Setembro, assinada pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo, o Governo solicitou à União Europeia apoio na área de treinamento especializado para o combate ao terrorismo e insurgência, através de (i) formação, (ii) logística para as forças de combate ao terrorismo; (iii) equipamento de assistência médica em

zonas de combate e capacitação técnica de pessoal. Os moçambicanos tomaram conhecimento sobre este pedido quando a carta da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação chegou às mãos da imprensa.

Ainda relacionado com este pedido, o Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Josep Borrell Fontelles, é citado como tendo dito, na terça-feira, ao Parlamento Europeu, o seguinte: "Aguardamos o sinal verde de Moçambique para enviar uma missão de especialistas em segurança nomeados em Novembro e que estão prontos para partir. Estamos apenas à espera de autorização de Moçambique". A ser verdade, não se percebe como é que o Governo leva tanto tempo para autorizar a vinda de especialistas de segurança da União Europeia, organização multilateral onde Moçambique foi bater à porta pedindo ajuda.

Para além dos ataques em Cabo Delgado, Nyusi abordou igualmente a situação

no centro do País, tendo avisado que, face à indisponibilidade da Junta Militar da Renamo para o diálogo, a solução do conflito passa pela via militar. Falou longamente dos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos guerrilheiros da Renamo e da descentralização como resultados das longas negociações que teve com o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Sobre o DDR, o Chefe de Estado informou que já foram desactivadas seis antigas bases da Renamo; 1.490 guerrilheiros foram desmobilizados, o nequivalentes a 29% do total; 192 armas diversas e mais de quatro mil munições de diversos calibres foram entregues ao Estado. Junho de 2021 é o prazo para a conclusão do processo de DDR. Sobre a descentralização, Nyusi disse que o modelo em vigor reflecte a vontade de Afonso Dhlakama de "governar nas províncias onde ganhou". Sobre o Secretário de Estado na Província – figura introduzida pela Frelimo como forma de precaver-se de uma eventual vitória da Renamo nas eleições provinciais, Nyusi não foi claro.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

#### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

